

De Simmel ao cotidiano na metrópole pós-urbana

From Simmel to everyday life in post-urban metropolis

Silke Kapp

Resumo

O presente artigo discute o ensaio de Georg Simmel, "As grandes cidades e a vida do espírito" com ênfase na contraposição entre metrópole e cidade pequena, sociedade capitalista e pré-capitalista. Inicialmente, delinea-se a perspectiva social e espacial de Simmel: a de um intelectual burguês em Berlim por volta de 1900. A segunda parte analisa a relação entre os fenômenos psíquicos evidenciados por Simmel e o contexto mais amplo em que ele os insere, retomando elementos da Filosofia do Dinheiro e mostrando que a metrópole a que Simmel se refere equivale ao que Lefebvre chamará de "espaço abstrato". A parte final procura compreender o que resulta da dissolução dessa metrópole ou de seu espraiamento ao espaço em geral.

Palavras-chave: Simmel; indivíduo; espaço abstrato; cultura urbana; cotidiano.

Abstract

This paper discusses Georg Simmel's essay "The Metropolis and Mental Life" focusing on the opposition between metropolis and small town, pre-capitalist and capitalist society. First, it outlines Simmel's social and spatial perspective as a bourgeois intellectual living in Berlin around 1900. The second part analyses the relationship between the mental phenomena pointed out by Simmel and the broader context in which he situates them, exploring elements of his Philosophy of Money and showing that the metropolis that Simmel has in mind is equivalent to Lefebvre's later concept of "abstract space". The paper concludes with an attempt to understand what results from the dissolution of such a metropolis or from its spread into space in general.

Keywords: Simmel; individual; abstract space; urban culture; everyday life.

A cidade da vida de Simmel

O ensaio do sociólogo alemão Georg Simmel “Die Großstädte und das Geistesleben” – literalmente, “As grandes cidades e a vida do espírito” – foi concebido no mesmo ambiente das lembranças de Walter Benjamin em *Infância em Berlim por Volta de 1900*: a região berlinense de Westende-Charlottenburg. A leitura do texto de Benjamin evoca a atmosfera quase pacata de uma vizinhança de famílias abastadas, onde dificilmente se manifestam o tumulto de outros contextos e a pobreza de outros habitantes urbanos (Benjamin, 1987, p. 92). O texto de Simmel, pelo contrário, interpreta essa cidade como um ambiente avassalador, que exacerba a “vida nervosa” com o bombardeamento incessante de estímulos (Simmel, 1995, p. 116). A diferença decorre – ao menos em parte – do fato de Benjamin não ter presenciado as transformações de Berlim na segunda metade do século XIX, decisivas para o pensamento de Simmel.

Entre 1858, ano de nascimento deste último, e 1903, ano de publicação do dito ensaio, Berlim se transforma de capital da Prússia, com 400 mil habitantes, muita pobreza e alguma mecanização, em capital política, econômica e cultural do império alemão, com três milhões de habitantes, industrialização, comércio e exposições mundiais, uma linha de metrô recém-inaugurada, iluminação pública, bondes elétricos e automóveis, museus e cinemas, jornais e revistas ilustradas, lojas de departamento e cafés, e um milhão de *Mietskasernen*, isto é, precárias moradias de aluguel de um ou dois cômodos.¹ À diferença de Viena, Munique ou Roma – cidade pela qual Simmel tem enorme

admiração –, Berlim é um caldeirão de experimentações urbanas pouco resistente à perda de tradições e à modernização acelerada, que se expressa, por exemplo, na massiva demolição das edificações mais antigas. E à diferença de Londres ou Paris, que em meados do século já eram metrópoles, o crescimento de Berlim coincide justamente com o período vivido por Simmel: primeiro ela se transforma em “grande cidade” (*Großstadt*), depois, em metrópole (Metropole). Esse último atributo – o metropolitano – cabe a “uma cidade que fornece ao mundo inteiro a matéria do seu trabalho e que o conforma em todas as formas essenciais que aparecem em algum lugar do mundo da cultura contemporâneo” (Simmel, 1990, pp. 170-171),² isto é, a uma cidade cosmopolita.

As novidades berlinenses abrangem da produção artística e intelectual legitimada pelas instituições burguesas a grupos marginais e subculturas que ali, na grande cidade, encontram pela primeira vez quantidade suficiente de adeptos para se transformarem em fenômenos qualitativamente novos (Bab, 1904; Fischer, 1975). A *Berliner Moderne* (modernidade berlinense) é uma inovação literária que faz de fábricas, moradias de aluguel, trabalhadores e prostitutas cenários e protagonistas de suas obras. Ao mesmo tempo, a cidade dá origem a contraposições ou compensações do “caos” urbano: movimentos em prol da cidade jardim ou do nudismo, a *Naturheilkunde* (doutrina de cura pela natureza, inspirada em Jean-Jaques Rousseau e Paracelso), o *Wandervogel* (pássaro migrante ou pássaro caminhante, uma associação de jovens, em sua maioria de origem burguesa, ancorada nos ideais do Romantismo e, ao mesmo tempo, uma espécie de precursora do movimento *hippie*).

Figura 1 – Paul Hoeniger, Spittelmarkt (1912)



Fonte: http://de.wikipedia.org/wiki/Geschichte_Berlins (domínio público)

A conturbada cidade de Berlim da virada do século se torna também objeto de um dos mais significativos projetos de pesquisa urbana: trata-se dos chamados Großstadt-Dokumente organizados pelo escritor Hans Ostwald, com 50 volumes e 40 autores participantes. Os volumes são publicados entre 1904 e 1908 em fascículos relativamente baratos, de grande tiragem e, ao contrário do ensaio de Simmel, têm enorme repercussão entre os contemporâneos. Seus temas abrangem os mais variados aspectos da vida na metrópole, desde a polícia, os bancos, a justiça, funcionalismo público, o movimento

feminista e a miséria habitacional, até as "existências marginais", como é o caso de *Berlins drittes Geschlecht* (o terceiro gênero de Berlim) de Magnus Hirschfeld, *Uneheliche Mütter* (mães solteiras) de Max Marcuse ou *Gefährdete und verwahrloste Jugend* (juventude vulnerável e negligenciada) de Alfred Lasson. Esse imenso projeto é, de fato, um "precursor esquecido da Escola de Chicago" (Jazbinsek, Joerges e Thies, 2001). Vários de seus autores o citam, e Louis Wirth (1925) lista a relação completa dos volumes e comenta cada um deles no clássico *The City*.

Apesar de Simmel ter tido relações pessoais com pelo menos um dos colaboradores dos *Großstadt-Dokumente*, o seu aluno Julius Bab, trata-se de uma temática que o sociólogo rejeita. Não apenas lhe é estranha a pesquisa social empírica da qual, com todas as eventuais deficiências teórico-metodológicas, os *Dokumente* decorrem, como também ele evita o convívio com a cidade ali representada (Jazbinsek, Joerges e Thies, 2001). Simmel sente aversão à pobreza, aos bairros proletários, às já citadas *Mietskasernen*. Em *Soziologie der Sinne* (Sociologia dos sentidos), de 1907, ele escreve que “a aproximação entre intelectuais e trabalhadores [...] fracassa simplesmente pela insuperabilidade da percepção olfativa” (Simmel, 1993, p. 290). Aversão semelhante vale para a cultura urbana do entretenimento de massa e sua respectiva indústria, repletas de exageros e superficialidades apreciados especialmente pelos novos ricos e por assalariados com algum poder aquisitivo, isto é, por um público ao qual falta capital cultural e gosto “legítimo”, no sentido que Bourdieu (2007) atribui a esses termos.

Simmel, portanto, escreve o ensaio sobre “As grandes cidades e a vida do espírito” na perspectiva de um intelectual que vivenciou diretamente o choque da transformação de uma cidade tradicional em metrópole moderna e que, pessoalmente, rejeita a maioria de suas consequências para a vida cotidiana, embora também seja sensível às possibilidades que ela oferece para alguém em posição social relativamente privilegiada. Quando Simmel se refere a “indivíduos” trata-se sobretudo de membros da burguesia cultural (*Bildungs-bürgertum*) ou da burguesia industrial. As vantagens que ele

atribui à nova experiência urbana para esse estrato social estão sempre tensionadas e ameaçadas. Como tentarei argumentar em seguida, tais vantagens equivalem à potencialização do ideal cosmopolita da burguesia cultural, ao passo que a ameaça equivale à dissolução desse mesmo grupo na sociedade de massa.

Distanciamento mental e distanciamento espacial

Como já mencionado no início, o dito ensaio de Simmel parte de uma elucidação da “vida nervosa” do habitante da grande cidade: multiplicidade e variedade de estímulos (hoje diríamos “informações”) são tão maiores do que a capacidade de apreensão e diferenciação do indivíduo, que esse se “atomizaria” caso tentasse reagir plenamente a cada um deles. Por isso, ele desenvolve um “caráter intelectualista”: o “orgão psíquico” menos frágil ou “as camadas mais conscientes e mais superficiais da alma” (que a tradição filosófica chama de entendimento) lhe servem de escudo para proteger as “camadas mais inconscientes da alma” e, ao mesmo tempo, anular sua ação no cotidiano (Simmel, 1995). Na relação com o mundo à sua volta, essa racionalização desemboca na atitude *blasé* de quem já não se impressiona com quase nada e é capaz de se orientar por esquemas abstratos. Na relação com os outros indivíduos, desemboca na reserva que leva a ignorar pessoas fisicamente próximas – como os vizinhos – e estabelecer relações puramente formais, nas quais afetos e desafetos não têm lugar.

Observações em vários aspectos semelhantes às de Simmel compõem em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, escrito por Engels entre 1844 e 1845, que inclui um capítulo intitulado “As grandes cidades”. Engels não apenas descreve com admiração a grandiosidade e o vigor de uma cidade como Londres, como também a repulsa que causa o comportamento da multidão nas ruas. Ele observa que “centenas de milhares de pessoas de todas as classes e estamentos [...] passam umas pelas outras como se não tivessem nada em comum” e “sem que ninguém considere os outros dignos de um olhar sequer”; prevalecem “a indiferença brutal”, “o egoísmo torpe”, “o isolamento insensível de cada um nos seus interesses privados”; a humanidade se dissolve em “mônadas” ou “átomos” (Engels, 1972, p. 257). Engels também constata que esses são os “princípios fundamentais da nossa sociedade atual”, mas que nunca encontram expressão tão direta e sem pudor como nas grandes cidades. O que torna possível a miséria urbana – tema central desse texto – é justamente a frieza.

Do ponto de vista da sociologia urbana, o aspecto verdadeiramente interessante dessas descrições não está nos fenômenos da vida psíquica em si mesmos, mas no contexto mais amplo em que eles se inserem e nos dilemas que suscitam. A interpretação de Simmel para a vida na grande cidade ou na metrópole se faz por contraste com o campo, a pequena cidade ou as cidades de outros tempos. A diferença não está somente nos números, mas na própria lógica de coesão. Como observa Behrens, a casa (*oikos*) e suas regras (*nomos*) formam a base da *oikonomia* da cidade pequena ou mais antiga, que se constitui como conjunto de grupos

domésticos (*synoikos*). Na grande cidade, esse caráter constitutivo do grupo doméstico desaparece: “o ser humano se torna ser urbano sem realmente fazer a cidade em que vive e mora” (Behrens, 2010, s. p.). A grande cidade, pelo contrário, é produzida por “uma organização monstruosa de coisas e poderes” (Simmel, 1995) diante da qual o indivíduo é impotente.

O contraste fica mais evidente quando Simmel descreve “o primeiro estágio de uma formação social”: “um círculo relativamente pequeno, com um forte fechamento contra círculos vizinhos, estrangeiros ou de alguma maneira antagônicos, e uma estreita coesão interna, que permite a cada membro individual apenas um espaço muito pequeno para o desenvolvimento de qualidades peculiares e movimentos livres, autônomos”. Simmel argumenta que todos os agrupamentos passam por esse estágio, incluindo as religiões e os estados nacionais, as guildas e os partidos políticos, e, finalmente, a própria cidade.

A vida em cidades pequenas, na Antiguidade como na Idade Média, impunha ao indivíduo singular barreiras de movimento e de relações em direção ao exterior e barreiras de autossuficiência e de diferenciação no interior entre as quais o ser humano moderno não conseguiria respirar. Ainda hoje o habitante da grande cidade sente um constrangimento dessa espécie quando está na cidade pequena.

À medida que um agrupamento cresce, essas barreiras se desfazem paulatinamente. Assim, a metrópole, fenômeno da formação social moderna por excelência, tem pouca coesão interna e limites indefinidos, abrindo-se a infinitas conexões com o espaço exterior. O indivíduo pode habitar fisicamente a cidade – ou

uma pequena porção dela – e, ao mesmo tempo, estar presente numa geografia que em muito a ultrapassa. Isso não apenas pela facilidade de viajar, mas sobretudo porque, dependendo da posição social que ocupa, as consequências de suas ações podem alcançar um espaço muito mais vasto do que aquele que percorre com o próprio corpo. Na *Filosofia do Dinheiro*, a obra principal de Simmel, essa nova geografia do indivíduo comparece com mais ênfase:

As relações do homem moderno com seu ambiente [*Umgebung*] se desenvolvem geralmente de modo que ele se afasta de seus círculos mais próximos e se aproxima dos mais afastados. O crescente afrouxamento das relações familiares, o sentimento de insuportável constrangimento pelo compromisso com os círculos mais próximos [...], a crescente ênfase na individualidade, que se destaca justamente do contexto mais imediato – todo esse distanciamento anda de mãos dadas com o estabelecimento de relações com o mais distante, com o interesse pelo remoto, com a comunidade de pensamento, com círculos cujos laços substituem toda proximidade espacial. (Simmel, 2001, p. 541)

Schöller-Schwedes (2008) chama a atenção para o fato de que, no âmbito da sociologia urbana, a recepção da obra de Simmel se concentrou no ensaio sobre a vida mental nas metrópoles, sem dar a devida atenção à *Filosofia do Dinheiro*, embora o próprio Simmel remeta a ela numa nota final. No entanto, quando se interpretam temas como o distanciamento, a reserva ou a atitude *blasé* apenas a partir desse ensaio, surge facilmente a impressão de que sejam condicionados pelo simples dado físico da densidade demográfica. Já quando se analisam esses temas à luz da *Filosofia do Dinheiro*,

torna-se evidente que seu fundamento, para Simmel, é a objetivação ou coisificação das relações interpessoais pela economia. “O ponto de partida de Simmel não é a cidade, mas o dinheiro, e sua perspectiva não está focada na sociedade urbana, mas na moderna sociedade capitalista” (Schöller-Schwedes, 2008, p. 654). A ampliação do raio de ação de cada indivíduo corresponde, também, à ampliação geográfica das relações econômicas. O “interesse pelo remoto” não provém simplesmente de uma união entre “grandes espíritos”, mas é característica do colonialismo e do mercado mundial.

Lido dessa forma, o contraste entre a metrópole e a cidade pequena ou o campo, tal como comparece no ensaio de Simmel, é um contraste entre relações socioespaciais capitalistas e pré-capitalistas. É a socialização mediada pelo capital que, por volta de 1900, caracteriza as metrópoles, mas ainda não domina o campo ou as cidades pequenas da mesma maneira. Que Simmel se concentre no dinheiro e não nas relações de produção criadas por seu emprego como capital, apesar de ter sido um dos poucos intelectuais de sua época e seu meio a ler Marx, se deve, por um lado, à sua posição política então mais próxima da social-democracia, e, por outro, ao seu interesse maior pelas chamadas “história da cultura” e “crítica da cultura” do que pela economia política (Waizbort, 2000, pp. 157 e 184). O conceito de “cultura” não figura aí como mera discussão da cultura erudita, mas como “o campo de batalha no qual se tenta explicar o [...] momento histórico” (ibid., p. 338) com pretensão de abrangência para além da economia política e de sua crítica.

Castells (2000) questiona a ideia (e a ideologia) da “cultura urbana” da qual se deriva a sociologia urbana e seu principal objeto,

a chamada “sociedade urbana”. Tal questionamento visa principalmente à cadeia causal que esse ideário tem por pressuposto, isto é, que um certo “quadro ambiental” ou uma certa “forma ecológica” produzem uma nova modalidade de indivíduos, de sociedade, de cultura, de civilização: a sociedade contemporânea passa a ser “explicada” como um fenômeno pseudonatural. O “mito da cultura urbana” é, na opinião de Castells, uma ideologia que deixa em segundo plano ou ignora inteiramente a estrutura produtiva que subjaz a essa sociedade. Para Castells, Simmel veria a formação de uma economia de mercado e o desenvolvimento das grandes organizações burocráticas como consequências do processo psicossocial originado pela aglomeração demográfica (ibid., p. 128). Penso que Simmel não raciocina nessa forma causal. Mas Castells tem razão em apontar o quanto o simples pressuposto de uma contraposição urbano-rural, mais do que esclarecer, torna nebulosas as relações sociais que aí se tenta abarcar. Se Simmel é o primeiro a falar em “estilo de vida” (em *A Filosofia do Dinheiro*), é fato que ele “estiliza” o urbano, tanto quanto o rural ou tradicional. E é fato também que essa estilização persiste todas as vezes em que o contraponto rural-urbano é repetido inadvertidamente.

O dilema que não apenas a cidade, mas toda a sociedade moderna põe para o indivíduo está no fato de abrir infinitas possibilidades para o desenvolvimento singular e, ao mesmo tempo, dificultar imensamente a percepção dessa singularidade, seja no espaço mais próximo, seja no mais distante. Se todos os outros indivíduos assumem a mesma atitude *blasé* e a mesma reserva, não resta quem possa reconhecer o valor da individualidade alheia. Ou, dito

de outro modo, se todas as relações se regem pela ordem abstrata do capital, a ameaça de nivelamento e massificação está em toda parte.

Existem, então, fundamentalmente, duas possibilidades para o indivíduo. Quando melhor provido de capital econômico ou cultural, poderá dar origem a ações de longo alcance e, paralelamente, organizar sua vida privada conforme lhe convém. Eventualmente, esse indivíduo tem influência política pessoal, impulsiona o comércio interior e exterior, obtém informações amplas, tem a oportunidade de se comparar com seus pares no mundo inteiro. A especialização decorrente da divisão do trabalho resulta, para esse indivíduo, não na simples alienação e na repetição infinita dos mesmos gestos simplórios numa fábrica ou num escritório, mas na dedicação a um tema ou setor específico. Nesse contexto, importam a vida privada e a “vida mundial”, enquanto a vida da vizinhança, a atuação na própria rua, no próprio bairro ou, enfim, numa produção do espaço local ou microlocal, é quase nula. Essa produção resulta quase exclusivamente de determinações ou esquemas abstratos.

Se, por outro lado, o indivíduo não dispõe de capital econômico ou cultural, suas possibilidades de ação se restringem, no mais das vezes, ao espaço privado. Assim como um intelectual burguês, o morador pobre de uma *Mietskaserne* na Berlim de 1900 tem poucas possibilidades de agir sobre o espaço de sua vizinhança, pois esse é determinado supralocalmente. Mas, ao contrário do intelectual, sua participação na “cultura mundial” também é sempre heterônoma. Ele participa do cosmopolitismo da metrópole apenas como admirador e, eventualmente, quando sua situação financeira não é inteiramente precária, como consumidor.

A investigação que Kracauer realiza em Berlim na década de 1920 a respeito dos *Angestellten* (empregados ou funcionários que trabalham em lojas, escritórios, etc.) evidencia como esse estrato se esforça em participar dos hábitos da burguesia e se submete inteiramente a regras dadas de antemão.

O vício marcante na Alemanha burguesa de se destacar da multidão por alguma distinção, mesmo que seja apenas imaginária, dificulta a coesão entre os empregados mesmos. Eles dependem uns dos outros e querem se distinguir uns dos outros. (Kracauer, 1971, p. 83)

Grande parte dessa população urbana não identifica a si mesma como classe dominada e, por isso, tem ainda menos força política do que o operariado. A ameaça que assombra a burguesia cultural nesse contexto é sua queda no estado heterônomo da “massa”. O esforço que ela pode fazer contra isso é, justamente, o desenvolvimento da personalidade ou da individualidade pelo reconhecimento no círculo geograficamente muito amplo de seus pares.³

Tudo isso significa, em síntese, que o que Simmel discute como um distanciamento mental em relação ao espaço (social e público) mais próximo vale tanto para os cidadãos melhor posicionados (que podem desenvolver proximidade mental com o que está espacialmente distante e engendrar ações de longo alcance geográfico), quanto para a massa de operários e empregados (que não tem esse alcance senão como consumidora). Ele implica, concretamente, a alienação da produção do espaço cotidiano da cidade. Ou o indivíduo se engaja nas esferas que geram os esquemas determinantes dessa produção, tais como os órgãos públicos

de planejamento, ou então se restringe à esfera privada e se comporta no espaço público apenas como consumidor ou “usuário”. Lido desse modo, Simmel já aborda o que Lefebvre chamará mais tarde de “espaço abstrato” e que gera usuários que “não conseguem reconhecer a si mesmos” (Lefebvre, 1991, p. 93) nesse espaço, mas tampouco conseguem confrontá-lo criticamente porque o naturalizam.

O esfacelamento da cidade

Segundo o contraste que Simmel estabelece entre a grande cidade e o resto do território (campo, cidade pequena), subsistem, lado a lado, uma produção abstrata do espaço que avança contiuamente para além de seus limites e uma produção mais antiga, que tenta manter suas delimitações e sua autonomia interna (que, no caso, é coletiva, não individual). Não existe equilíbrio possível entre essas duas formas, isto é, entre cidade e campo ou, considerando a crítica de Castells, entre produção capitalista do espaço e um território ainda não inteiramente determinado por ela. O contraste tende a desaparecer, assim como cada um de seus termos. De fato, Lefebvre constata esse desaparecimento.

Capitalismo e neocapitalismo produziram espaço abstrato, que inclui o “mundo das mercadorias”, sua “lógica” e suas estratégias mundiais, bem como o poder do dinheiro e o do estado político. Esse espaço é fundado na vasta rede de bancos, centros de negócios e grandes entidades produtivas, assim como em estradas, aeroportos e redes de informação. Dentro desse espaço, a cidade – outrora a estufa

da acumulação, fonte da riqueza e centro do espaço histórico – se desintegrou. (Ibid., p. 53)

O esgarçamento total dos limites da metrópole que Simmel ainda percebe como entidade relativamente diferenciada, torna-se mais evidente nas atuais regiões metropolitanas em todo o mundo. Elas se tornaram estruturas que afetam e determinam todo o território e todos os processos sociais. Seus fenômenos incluem as conurbações, a suburbanização e a periferização, mas, o que me parece ainda mais significativo, incluem também uma fusão entre áreas urbanas e áreas tradicionalmente rurais e entre atividades urbanas e atividades tradicionalmente rurais. Na medida em que isso torna a distinção urbano-rural desprovida de sentido, caberia a noção de uma metrópole “pós-urbana”.⁴

Não é nova a argumentação de que o êxodo rural massivo e a ampliação da agro-indústria vêm gerando novas articulações entre o rural e urbano, que impedem a classificação de determinados municípios em uma ou outra categoria e dá origem à categoria do rurubano (Veiga, 2001; Graziano da Silva, 1999). Cabe, no entanto, perceber também o reverso dessa situação. Além da extensão da lógica econômica de que, nas palavras de Lefebvre, a cidade foi “estufa”, há possibilidades de fusão de modos de vida que partem dos indivíduos. Um exemplo concreto nesse sentido permite algumas inferências sobre como a “rurubanidade” ou “pós-urbanidade” pode incidir na produção do espaço cotidiano nesse caso. Mazzetto (2008) realizou uma pesquisa nessa direção em assentamentos da reforma agrária na Região

Metropolitana de Belo Horizonte. Uma primeira constatação importante é que o “vai-e-vem rural-urbano-rural [...] marcou o caminho da maioria dessa população” (ibid., p. 17), ou seja, trata-se de pessoas que experimentaram a lógica da grande cidade, seus múltiplos estímulos e seus mecanismos de alienação e massificação, e que não retornam às atividades rurais como se nunca tivessem saído do campo. A vida cotidiana dessa população não é um simples retorno a um estágio rural anterior. Na maioria das famílias, há um ou mais membros com ocupações tipicamente urbanas (estudo ou trabalho), agregando renda e viabilizando sua permanência nos assentamentos. Uma segunda constatação importante é que a opção de retorno aos ofícios rurais teve, a julgar pelos depoimentos dos próprios assentados, motivações diretamente relacionadas ao desejo de autonomia, tanto no trabalho e no controle do tempo quanto na produção do espaço cotidiano. Além da evidente possibilidade de “trabalhar por contra própria”, são razões para a migração: “correr do aluguel”, “cuidar dos filhos da gente”, “ter uma vida mais lenta” ou deixar de se submeter a uma ordem abstrata; “se fô prá pessoa me dá um apartamento desses de luxo na cidade, Deus que me perdoa, eu não quero não” (ibid., pp. 18-19).

Nesse tipo de situação, parece surgir uma modalidade de cotidiano que ultrapassa a submissão aos “mecanismos sociotécnicos” (no sentido de Simmel) ou ao “espaço abstrato” (no sentido de Lefebvre), fazendo mais jus ao fato de que autonomia no espaço cotidiano é um elemento constitutivo de sujeitos politicamente autônomos.

Enquanto a vida cotidiana permanecer subjugada ao espaço abstrato, com seus constrangimentos muito concretos, enquanto as únicas melhorias forem melhorias técnicas de detalhes (por exemplo, a frequência e a velocidade do transporte ou amenidades relativamente melhores), enquanto, em suma, a única conexão entre espaços de trabalho, espaços de lazer e espaços de vida for fornecida por agenciamentos do poder político e pelos seus mecanismos de controle – enquanto isso, o projeto de “mudar a vida” continua sendo não mais do que um grito de torcida político a ser acatado ou abandonado conforme o humor do momento. (Lefebvre, 1991, pp. 59-60)

Como nota o já citado Schöller-Schwedes (2008), a sociologia urbana sempre operou predominantemente com referência a uma vizinhança idealizada, cujo caráter compulsório é pouco tematizado. A abordagem de Simmel contraria essa ideia de que a solução para a miséria urbana estaria nas relações de vizinhança. Talvez sua perspectiva esteja mais próxima de um Estado de bem-estar social, tal como de fato predominou nas cidades de “primeiro mundo” durante algum tempo, tornando os indivíduos muito independentes uns dos outros, mas tanto mais dependentes dos “agenciamentos do poder político”. Nesse sentido, o espaço

inteiramente abstrato do subúrbio abastado seria o padrão pós-urbano por excelência, contraposto a quaisquer imagens idealizadas da cidade europeia pré-industrial.

Por outro lado, também se pode imaginar que pós-urbana seria uma situação em que o contraste entre engajamento ou não engajamento em espaços geograficamente próximos, a constituição de grupos locais com certa coesão interna e força política, deixa de ser equivalente ao contraste entre campo e cidade, pré-moderno e moderno, tal como Simmel ainda o vê, e passa a ser um contraste entre grupos populacionais no interior do espaço urbano ou, de modo mais abrangente, do espaço rururbano. Assim como os assentamentos agrários, os espaços autoproduzidos (vilas, favelas, *slums*) são lugares em que relações de vizinhança (amistosas ou hostis) continuam sendo decisivas e o potencial de uma identificação com interesses coletivos espacialmente definidos subsiste. Restaria então perguntar se a “proximidade mental do espacialmente próximo” exclui necessariamente a proximidade mental com o espacialmente distante, como Simmel supõe. Os movimentos sociais das últimas décadas – incluindo o MST que deu origem aos supracitados assentamentos, bem como os movimentos pela reforma urbana – indicam o contrário.

Silke Kapp

Arquiteta e doutora em filosofia. Professora adjunta da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, Brasil.
kapp.silke@gmail.com

Notas

- (1) É inteiramente distorcida, nesse sentido, a narrativa de Theodor Lessing (1914), aluno de Simmel e o primeiro a tentar relacionar sua teoria com sua própria experiência de vida na grande cidade. Lessing supõe, por exemplo, que o local de nascimento de Simmel, esquina de Leipzigerstraße e Friedrichstraße, já seria, em 1858, um conturbado e barulhento ambiente urbano, quando, na verdade, tratava-se de um local que pareceria bastante pacato aos nossos olhos (Jazbinsek, Joerges e Thies, 2001).
- (2) A citação provém de um texto que Simmel escreve por ocasião da Exposição Industrial de Berlim, em 1896. Utilizo aqui a tradução de Waizbort (2000, p. 345).
- (3) Entra aqui também a posição das vanguardas artísticas que, como bem nota Waizbort (2000), constituem dissidências da alta burguesia, opondo-se aos seus valores e, ao mesmo tempo, dependendo de suas estruturas. Essa contradição – que pode ser resumida na contradição entre um ideário anticapitalista e a impossibilidade de existência sem o capitalismo – desemboca na concentração no aperfeiçoamento estético da personalidade.
- (4) Teaford (2006) aborda a suburbanização com o termo “pós-urbano”, mas, como já dito, esse aspecto não está em foco aqui.

Referências

- BAB, J. (1904). *Die Berliner Bohème. Großstadt-Dokumente Band 2*. Berlin/Leipzig, Hermann Seemann Nachfolger.
- BEHRENS, R. (2010). Schöner wohnen nach der Stadt. Drei Reflexionen über das richtige Leben im falschen. *Florida*. Hamburg, v. 1, n. 1, s. p.
- BENJAMIN, W. (1987). *Berliner Kindheit um neunzehnhundert*. Frankfurt/M., Suhrkamp.
- BOURDIEU, P. (2007). *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre, Edusp/Zouk.
- CASTELLS, M. (2000). *A questão urbana*. São Paulo, Paz e Terra.
- ENGELS, F. (1972). “Die Lage der arbeitenden Klasse in England”. In: MARX, K; ENGELS, F. e Werke. *Band 2*. Berlin, Dietz.
- FISCHER, C. S. (1975). Toward a Subcultural Theory of Urbanism. *American Journal of Sociology*, n. 80, pp. 1319-1341.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1999). *O novo rural brasileiro*. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp.
- JAZBINSEK, D. (2001). Die Großstädte und das Geistesleben von Georg Simmel. Zur Geschichte einer Antipathie. *Schriftenreihe der Forschungsgruppe “Metropolenforschung” des Forschungsschwerpunkts Technik-Arbeit-Umwelt am Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung*. Berlin, WZB.

- JAZBINSEK, D.; JOERGES, B. e THIES, R. (2001). The Berlin "Großstadt-Dokumente": a forgotten precursor of the Chicago School of Sociology. *Schriftenreihe der Forschungsgruppe "Metropolenforschung" des Forschungsschwerpunkts Technik-Arbeit-Umwelt am Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung*. Berlin, WZB.
- KRACAUER, S. (1971). *Die Angestellten*. Frankfurt/M, Suhrkamp.
- LEFEBVRE, H. (1991). *The Production of Space*. London, Blackwell.
- LESSING, T. (1914). *Philosophie als Tat. Erster Teil*. Göttingen, Otto Hapke Verlag.
- MAZZETTO, C. E. S. (2008). A dinâmica dos projetos de assentamento de reforma agrária na Região Metropolitana de Belo Horizonte. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais - As Desigualdades Sociodemográficas e os Direitos Humanos no Brasil, Caxambu/MG.
- SCHÖLLER-SCHWEDES, O. (2008). Der Stadtsoziologe Georg Simmel – Ein Missverständnis und seine Folgen. *Berliner Journal für Soziologie*, v. 18, n. 4, pp. 649-662.
- SIMMEL, G. (1990). *Vom Wesen der Moderne. Essays zur Philosophie und Aesthetik*. Hamburg, Junius.
- _____ (1993) "Soziologie der Sinne" [1907]. *Georg Simmel Gesamtausgabe*, v. 8. Frankfurt/M., Suhrkamp, pp. 232-243.
- _____ (1995). "Die Großstädte und das Geistesleben" [1903]. *Georg Simmel Gesamtausgabe*. v. 7. Frankfurt/M, Suhrkamp, pp. 116-131.
- _____ (2001). *Philosophie des Geldes* [1900]. Köln, Parkland.
- TEAFORD, J. C. (2006). *The Metropolitan Revolution: the rise of post-urban America*. New York, Columbia University Press.
- VEIGA, J. E. da et al. (2001). *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília, Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD).
- WAIZBORT, L. (2000). *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo, Editora 34.
- WIRTH, L. (1925). "A bibliography of the urban community". In: PARK, R. E. e BURGESS, E. W. *The City*. Chicago, University of Chicago Press.

Texto recebido em 18/fev/2011

Texto aprovado em 1/jul/2011